

## Filipa Riacho

---

De: Filipe Perestrelo [5206@solicitador.net]  
Enviado: sexta-feira, 27 de maio de 2016 18:50  
Para: CAAJ - Correio Oficial  
Assunto: Contributo

Exmo. Senhor

Dr. Hugo Lourenço

Ilustre Presidente da CAAJ,

COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO  
DOS AUXILIARES DA JUSTIÇA  
Entrada / Recebido N.º 2585/26  
Processo N.º 3A/2016  
Data 30/05/2016

Na sequência do Vosso contacto, o qual desde já se agradece pela atenção patenteada, venho pelo presente, depois de conversar com alguns colegas com escritório na R.A.M. e a partir de uma perspetiva regional, prestar o Nosso contributo para a contingentação de processos, nomeadamente:

a) Acreditamos que a competência territorial será uma forma equitativa de partilhar os processos pelos vários AE's, uma vez que o número de ações intentadas por região varia em muito em função do número de pessoas e empresas que compõem essa região, sem descuidar a proximidade dos escritórios dos AE's com os executados, tribunais e demais intervenientes processuais.

b) Por nomeação ou distribuição, cada AE deveria ter um limite mínimo de 200 processos, sendo esse o número de processos que julgamos ser necessários ao funcionamento integral de um escritório constituído por um agente de execução e um funcionário (tivemos em atenção os processos que, provavelmente serão arquivados numa fase processual inicial, por insolvência dos executados e por insuficiência de bens penhoráveis).

c) Por nomeação ou distribuição, cada AE deveria ter um limite máximo de 500 processos, sendo esse o número de processos que julgamos ser necessários ao funcionamento integral de um escritório constituído por um agente de execução e um máximo de cinco funcionários.

d) Se os AE's estiverem organizados em sociedade, o limite mínimo e o limite máximo seriam os limites considerados na alínea b) e c), multiplicado pelo número de AE's sócios e AE's assalariados.

e) Os escritórios que atualmente tem desequilíbrio no rácio entre número de processos e AE's, associados e colaboradores, terá um determinado prazo para inverter a situação, caso contrários determinados processos serão delegados em outros colegas.

f) Os AE's ou as sociedades só poderão receber mais processos na medida em que estes se extinguem (através da recuperação voluntária, coerciva, insolvência, insuficiência de bens penhoráveis).

g) Os AE's ou sociedades que findarem mais de 25% dos processos rececionados, no prazo de um ano, deverão ser recompensados/reconhecidos com mais 50% de atribuição de processos.

Na esperança do Nosso contributo ser proveitoso para as propostas a elaborar, subscrevo com os meus melhores cumprimentos,

**Com os meus melhores cumprimentos e ao dispor,**



MENSAGEM CONFIDENCIAL E SUJEITA AO PRIVILÉGIO DE COMUNICAÇÃO DO AGENTE DE EXECUÇÃO/SOLICITADOR E ENTIDADE A QUE RESPEITA

Esta mensagem e quaisquer ficheiros anexos a ela são confidenciais e destinam-se a uso exclusivo da pessoa ou entidade a quem são dirigidos. Se não é o destinatário da mensagem ou a pessoa responsável pelo seu encaminhamento ao respetivo destinatário, fica informado de que recebeu esta mensagem por engano, e de que qualquer utilização, distribuição, reencaminhamento ou outra forma de revelação a outrem, impressão, ou cópia desta mensagem é expressamente proibido. Se recebeu esta mensagem por engano, deverá destruí-la, eliminá-la do sistema e informar o remetente.

NOTA: Para visualizar os ficheiros anexos, caso existam, deverá usar o Acrobat Reader (está disponível para download em <http://www.adobe.com/>).